

O CURSINHO POPULAR COMO PRÁTICA DE LIBERDADE: EXPERIÊNCIA DO DAZÁREA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DE EDUCADORES/AS E JUVENTUDES PERIFÉRICAS

Angela Gabriella Carvalho da Silva¹; Nara Camilo Melo²

¹Estudante de Pedagogia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil,
gabsscarvs@gmail.com

²Pedagoga, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil,
nara.cmelo@hotmail.com

Introdução

A educação brasileira estrutura-se historicamente a partir de profundas desigualdades sociais, raciais e territoriais, que delimitam, de forma concreta, quem acessa e quem é excluído dos espaços formais de ensino, especialmente o ensino superior. Nesse cenário, jovens negros e periféricos enfrentam não apenas barreiras materiais, mas também simbólicas, que produzem distanciamento, não pertencimento e negação de suas experiências como conhecimento legítimo. Os cursinhos populares se constituem, nesse contexto, como iniciativas que tensionam a lógica tradicional da educação, ao articularem preparação acadêmica com processos formativos orientados pela educação popular.

O Cursinho Popular Dazárea, localizado em Fortaleza (CE), insere-se nesse campo como uma experiência construída a partir e com o território periférico, compreendendo o acesso ao ensino superior como parte de uma luta mais ampla por direitos, reconhecimento e transformação social. Ancorado nos pressupostos da educação popular, especialmente na concepção freireana de educação como prática de liberdade, o cursinho estrutura suas ações a partir do diálogo, da problematização da realidade e do reconhecimento dos educandos como sujeitos históricos. A formação dos educadores/as que atuam no Dazárea constitui, nesse processo, um eixo estratégico e indissociável da proposta pedagógica: não há transformação das práticas educativas sem a transformação dos próprios sujeitos que ensinam. Em Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire (1987) denuncia a "educação bancária" como expressão de uma visão de mundo em que os educandos são concebidos como receptáculos passivos de conteúdos narrados. A superação dessa concepção, para Freire, não é apenas técnica, mas eminentemente política: requer que educadores/as se compreendam como sujeitos em permanente formação, capazes de reconhecer no outro um portador de saber, não um depositário de conhecimento alheio. Essa compreensão orienta o trabalho formativo do Dazárea com seus próprios educadores/as, em especial aqueles/as em formação inicial na licenciatura, estudantes que chegam ao cursinho trazendo consigo os vícios reproduzidos ao longo de trajetórias escolares marcadas pela educação tradicional.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a experiência pedagógica do Dazárea, com ênfase no papel do planejamento da formação teórico-crítica dos educadores/as como elemento central para a superação de práticas bancárias e para a construção de uma educação popular comprometida com as relações étnico-raciais e com a formação emancipatória de juventudes periféricas, evidenciando seus alcances e limites.

Metodologia

Este trabalho configura-se como relato de experiência de natureza qualitativa, fundamentado na atuação direta da coordenação político-pedagógica do Cursinho Popular Dazárea. A análise baseia-se na sistematização das práticas desenvolvidas ao longo do processo formativo, incluindo aulas regulares, formações internas com educadores/as, círculos de leitura, atividades culturais, ações territoriais e espaços de organização coletiva.

A produção dos dados ocorre por meio de observação participante, registros das atividades e reflexões construídas no cotidiano do cursinho, compreendendo a experiência não como objeto externo de análise, mas como prática situada, atravessada por contradições, disputas e intencionalidades pedagógicas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em andamento, que mobiliza as categorias freireanas de conscientização, dialogicidade e práxis como lentes de interpretação, além das contribuições de bell hooks (2013) e Lélia Gonzalez (2020), que aprofundam a análise das relações entre educação, raça, gênero e classe na compreensão das trajetórias das juventudes periféricas.

Resultados e Discussão

A experiência do Dazárea evidencia que, quando orientado pelos princípios da educação popular, o processo educativo desloca-se de uma lógica instrumental, que é centrada na transmissão de conteúdos para aprovação em exames, para uma perspectiva formativa que articula conhecimento, experiência e consciência crítica. Esse deslocamento, contudo, não ocorre de forma espontânea, mas exige intencionalidade pedagógica e, sobretudo, formação permanente dos educadores/as.

A formação teórico-crítica dos educadores/as: rompendo com os vícios herdados

Um dos maiores desafios encontrados no Dazárea foi a reprodução, pelos próprios educadores/as voluntários/as (em sua maioria estudantes universitários), das práticas bancárias que a proposta pedagógica pretende superar. A exposição exclusiva de conteúdos, a avaliação classificatória e a hierarquização do saber entre quem ensina e quem aprende emergiram com frequência nas práticas espontâneas, revelando o peso da herança da educação tradicional. Para enfrentar esse desafio, o planejamento das formações internas tornou-se estruturante. Inspirado em Freire (1992), que em Cartas à Guiné-Bissau registrou que a transformação educacional exige que os próprios educadores passem por um processo de desaprendizagem das práticas colonizadoras - condição para que possam, de fato, construir uma educação a partir do povo e com o povo -, o Dazárea organiza encontros de formação mensais com sua equipe, nos quais a reflexão sobre a própria prática é central.

Nesses encontros, os/as educadores/as são convidados/as a analisar situações concretas do cotidiano pedagógico, identificar contradições entre discurso e prática, e construir coletivamente alternativas metodológicas que articulem os conteúdos dos exames à realidade dos educandos. Essa dinâmica é constitutiva do que Freire (1992) nomeou como práxis: a unidade indissolúvel entre reflexão e ação, que transforma tanto o mundo quanto os sujeitos que o transformam.

A dimensão étnico-racial como eixo formativo

A dimensão étnico-racial atravessa de forma estruturante a experiência do Dazárea, tanto na formação dos educandos quanto na formação dos educadores/as. A valorização de autores negros, periféricos e latino-americanos, como Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e o próprio Paulo Freire, bem como a problematização explícita de temas como racismo estrutural, desigualdade territorial e violência do Estado, compõem o horizonte formativo do cursinho.

Para os/as educadores/as em formação inicial, essa dimensão é especialmente relevante: muitos/as chegam ao Dazárea com formação acadêmica que pouco problematizou as relações entre raça, território e educação. O cursinho funciona, portanto, como espaço de formação complementar que incide diretamente sobre as concepções pedagógicas dos futuros docentes. Como afirma bell hooks (2013), ensinar a transgredir, que entendemos por superar fronteiras impostas pela raça, pelo gênero e pela classe, é uma prática que demanda coragem intelectual e disposição para a própria transformação.

A luta contra a educação bancária e o pertencimento como início-meio-início.

A ruptura com a lógica bancária não é apenas narrativa no Dazárea, mas se expressa nas metodologias construídas e adotadas. Os círculos de leitura, ao trabalharem obras como Quarto de Despejo (Carolina Maria de Jesus) e Pedagogia do Oprimido (Freire), promovem uma aproximação entre literatura, teoria e experiência social, permitindo que os estudantes reconheçam nas narrativas elementos de suas próprias vivências. Esse movimento contribui para a construção de uma leitura que não se limita à decodificação textual, mas se afirma como interpretação crítica do mundo.

Muitos estudantes chegam ao cursinho com trajetórias marcadas pelo fracasso escolar institucionalizado, produto não de limitações individuais, mas de um Ensino Médio que, especialmente após a reforma curricular imposta pela Lei n.º 13.415/2017, aprofundou a fragmentação e o esvaziamento das humanidades nas escolas públicas, tornando-se ainda mais distante das realidades periféricas. No Dazárea, ao longo das atividades, observa-se que esses estudantes passam gradualmente a ocupar a palavra, a formular análises e a se posicionar, o que indica uma transformação significativa na relação com o saber e com a própria identidade.

Autogestão, limites e avanços estruturais

A organização coletiva do Dazárea é um dos elementos que conferem consistência política à experiência. A ausência de hierarquias rígidas e a valorização da participação ativa de educadores/as e educandos/as configuram um modelo de autogestão que reforça o caráter político da proposta. Contudo, essa mesma característica revela desafios significativos que não devem ser naturalizados como parte inerente da educação popular. A dependência de trabalho voluntário, a limitação de recursos materiais e a instabilidade das condições de sustentação revelam uma precariedade que é compartilhada por grande parte dos cursinhos populares no Brasil. Nesse sentido, é importante reconhecer que, recentemente, o Estado brasileiro tem dado passos no sentido de enfrentar essa lacuna. A instituição da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), por meio do Decreto nº 12.410/2025, no âmbito do Programa Diversidade na Universidade, representa um avanço significativo ao reconhecer os cursinhos populares como parte de uma estratégia de ampliação do acesso ao ensino superior. Os editais recentes indicam a ampliação desse apoio, com investimento público direto, bolsas de permanência para estudantes e financiamento das atividades

pedagógicas, sinalizando a tentativa de consolidar o CPOP como política de Estado voltada às juventudes socialmente desfavorecidas. No entanto, mesmo reconhecendo a importância estratégica dessa política, os limites ainda se fazem presentes. A cobertura do programa não alcança a totalidade das iniciativas, e sua implementação ainda se encontra em processo de consolidação. Nesse cenário, muitos cursinhos populares seguem operando em condições precárias, sem acesso contínuo a financiamento ou suporte institucional.

Essa contradição se expressa, inclusive, em dimensões básicas da permanência dos estudantes. Educandos de cursinhos populares, majoritariamente jovens periféricos e trabalhadores, não têm garantidos direitos elementares, como o acesso à carteira estudantil, o que impacta diretamente sua mobilidade urbana e sua permanência nos processos formativos. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado reconhece e passa a apoiar essas iniciativas, ainda não assegura plenamente as condições necessárias para que seus sujeitos consigam acessá-las e permanecer nelas. Dessa forma, pensar os limites estruturais do Dazárea implica reconhecer tanto os avanços recentes quanto suas insuficiências. A existência do CPOP inaugura, sem dúvidas, uma nova etapa no reconhecimento dos cursinhos populares como parte da política educacional, mas também evidencia a necessidade de aprofundamento dessa agenda, especialmente no que se refere à articulação com Universidades e os entes municipais, à ampliação do financiamento e à garantia de direitos concretos aos estudantes.

Conclusões

O Cursinho Popular Dazárea constitui espaço de educação orientado pela prática de liberdade freireana, em que formação crítica e preparação acadêmica se articulam de forma indissociável. O planejamento da formação teórico-crítica dos educadores/as revela-se como eixo central para a superação das práticas bancárias herdadas, reafirmando que a transformação educacional exige a transformação de quem educa.

A dimensão étnico-racial atravessa estruturalmente a proposta formativa do cursinho, tanto no que se refere à formação dos educandos quanto à formação dos educadores/as em processo de licenciatura. Persistem desafios estruturais que limitam a continuidade e a ampliação dessa e de outras iniciativas de educação popular. A instituição da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPPOP) representa um avanço importante no reconhecimento desses espaços como parte das políticas públicas educacionais. No entanto, sua consolidação ainda exige ampliação e aprofundamento, especialmente no que diz respeito à construção de um sistema de incentivo que envolva também os municípios e garanta condições materiais e direitos básicos aos estudantes, como o acesso à carteira estudantil. Sem esse avanço, iniciativas como o Dazárea seguem tensionando, na prática, os limites entre política pública e trabalho militante..

Palavras-chave: Cursinho popular; Educação popular; Formação docente; Relações étnico-raciais; Juventudes periféricas.

Referências

- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Decreto nº 12.410, de 13 de março de 2025. Regulamenta o Programa Diversidade na Universidade e institui a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP). Brasília: Presidência da República, 2025.